Covid-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade

Boletim No. 1

10 de Abril de 2020

Rede de Pesquisa Solidária

A rede de pesquisa solidária é uma iniciativa de pesquisadores para calibrar o foco e aperfeiçoar a qualidade das políticas públicas do governo federal, dos governos estaduais e municipais que procuram atuar em meio à crise da COVID-19 para salvar vidas. Nosso alvo é melhorar o debate e o trabalho de gestores públicos, autoridades, congressistas, colegas da imprensa, comunidade acadêmica, empresários, todos preocupados com as e ações concretas que têm impacto na vida da população.

Colocamos todas as nossas energias e capacidade de análise no levantamento criterioso de dados, na geração de informação de qualidade, na criação de indicadores, na elaboração de modelagens matemáticas e estatísticas para acompanhar, indicar gargalos e identificar caminhos para as políticas públicas e examinar as respostas que a população oferece.

O rigor no tratamento e a precisão dos dados são essenciais para o nosso trabalho, guiados pela transparência e a ética da pesquisa. É o que nos levou a tomar

distância das soluções mágicas e das opiniões infundadas. Nosso compromisso, por isso mesmo, é com a objetividade e a comprovação que o método científico nos oferece.

Nossa rede é multidisciplinar, multi-institucional e está em contato com centros de excelência no exterior, como as Universidades de Oxford e Chicago.

Trabalhamos na intersecção das Humanidades com as áreas de Exatas e Biológicas. É a fusão virtuosa de saberes e técnicas para enfrentar uma pandemia que gerou uma crise de proporções oceânicas na Saúde, mas também na Política, na Economia e tem potencial para se expandir para uma crise Social sem precedentes.

O desafio é enorme, mas é especialmente entusiasmante. E jamais teria realidade se não fosse a contribuição generosa de doadores privados, que responderam rapidamente aos nossos apelos. Às instituições que nos apoiam nosso muito obrigado.

Responsáveis

Coordenação Científica: Lorena Barberia (DCP-USP)

Comitê de Coordenação: Glauco Arbix (DS-USP), João Paulo Veiga (DCP-USP), Graziela Castello (Cebrap), Fabio Senne (Nic) e José Eduardo Krieger (InCor-FMUSP)

Instituições de Apoio representadas no Comitê Geral: Cebrap, Observatório da Inovação-IEA-USP, Nic.br, e INCT-Incor-FMUSP

Divulgação: Os resultados da Pesquisa serão oferecidos ao público via um Boletim Semanal. Responsáveis: Glauco Arbix, João Paulo Veiga e Lorena Barberia

Apresentação dos Projetos

Projeto 1: Monitoramento de Políticas Públicas

Acompanhamento das políticas públicas a partir de indicadores de monitoramento, criados em conjunto com a Universidade de Oxford e avaliar a resposta da população a estas medidas. Três áreas são abarcadas:

1. distanciamento social (escola, comércio, indústria, agglomerações);
2. intervenções de saúde pública (prevenção e tratamento);
3. políticas fiscais.

Abrangência: Nacional, estadual e capitais.

Objetivo: Captar e analisar políticas públicas e o comportamento da população por unidade da federação a partir de documentos oficiais e pesquisas de opinião.

Responsável: Lorena Barberia (USP).

Projeto 2: Monitoramento de Opinião Pública e de Lideranças Comunitárias

A partir de lideranças comunitárias e de associações de bairro nas grandes metrópoles, serão coletadas por telefone informações essenciais de sua condição de vida em meio à crise. O levantamento de demandas permite identificar a absorção de diretrizes públicas, a visualização de soluções e a possibilidade de mediação de eventuais conflitos. A coleta identificará: (i) a percepção de risco (de saúde e de perda de emprego e renda); (ii) a absorção de regras e ações de contenção da crise; (iii) o desenvolvimento de sistemas de cooperação; e (iv) atividade e peso da liderança local.

Objetivo: Identificar e antecipar problemas sociais que, provavelmente, serão multiplicados com o avanço da epidemia (fome, saques, desassistência de saúde e outros

Responsável: Graziela Castello (Cebrap).

Projeto 3: Mercado de Trabalho e Renda

Os efeitos econômicos da pandemia não atingirão igualmente todos os setores e ocupações. Ao impactar os empregos, a pandemia também incidirá diretamente sobre a renda dos domicílios e famílias, provavelmente elevando a pobreza, reduzindo o bem-estar e aumentando a desigualdade. Este projeto vai revelar: (i) em quais elos e segmentos das cadeias produtivas encontram-se os trabalhadores mais vulneráveis; (ii) as ocupações e profissões que podem ser particularmente mais afetadas; (iii) de que modo os tipos de vínculo de trabalho (formais, informais, contas-próprias, empregadores) intensificam os efeitos da crise; (iv) as características socioeconômicas e sociodemográficas dos indivíduos em posições vulneráveis; (v) os impactos esperados sobre a distribuição da renda domiciliar; ((vi) a distribuição regional desses empregos vulneráveis e de que forma coincidem com as áreas mais atingidas pelo espraiamento do Covid-19.

Objetivo: Identificar os setores, ocupações e grupos sociais mais expostos aos efeitos econômicos da Covid-19 no país.

Responsáveis: Rogério Barbosa (USP) e Ian Prates (USP).

Projeto 4: Proteção Social e Políticas Emergenciais para mitigar a Crise do Mercado de Trabalho

A rede de proteção social, a capilaridade do Sistema Único de Saúde e Assistência Social e o Cadastro Único permitiram relativa celeridade na implantação de políticas emergenciais visando a população de baixa renda, como o Programa de Renda Básica Emergencial. Mas em meio à situação de urgência, diversos programas e políticas pré-existentes têm sido também alterados ou expandidos.

Objetivo: Investigar sistematicamente: (i) os programas sociais emergenciais elaborados no âmbito federal para aliviar os efeitos da crise sobre o mercado de trabalho; (ii) as alterações efetuadas por instrumento legal nos programas federais da rede de proteção social pré-existente; (iii) o fluxo da cobertura e concessão de benefícios dos programas sociais, atentando para a distribuição regional e sua sobreposição com as áreas mais afetadas pela Covid-19.

Responsáveis: Rogério Barbosa (USP) e Ian Prates (USP).

Quem são os Pesquisadores?

Coordenadora Científica

- Lorena G. Barberia: Professora Livre Docente do Departamento de Ciência Política da USP. Pesquisadora Asociada do Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (NECI) da USP e do Centro de Estudos em Política e Economia do Setor Público (CEPESP) da FGV-São Paulo. Chair do Local Committee da IPSA-USP Summer School in Concepts, Methods and Techniques in Political Science, Public Policy and International Relations. Foi pesquisadora asociada no David Rockefeller Center for Latin American Studies (DRCLAS) da Harvard University e do Harvard Institute for International Development (HIID).

Coordenação Geral da Pesquisa:

- Glauco Arbix, Graziella Castello, João Paulo Veiga, Rogério Barbosa, Fábio Senne e José Eduardo Krieger.

Projeto 1

Coordenação

- Lorena G. Barberia

Equipe

- Natalia de Paula Moreira: Doutoranda do Depto de Ciência Política da USP.
- Maria Leticia Claro de F. Oliveira: Mestranda do Depto de Ciência Política da USP e pesquisadora do Centro de Política e Economia do Setor Público da FGV e do Núcleo de Estudos Comparados Internacionais (Neci/USP).
- Luiz Guilherme Roth Cantarelli: Mestrando do Depto de Ciência Política da USP e pesquisador do Núcleo de Estudos Comparados Internacionais (Neci/USP).
- Fabiana da Silva Pereira: Mestranda do Depto de Ciência Política da USP e pesquisadora do Núcleo de Estudos Comparados Internacionais (Neci/USP).
- Isabel Seelaender: Bacharel em Ciências Sociais pela USP é pesquisadora do Núcleo de Estudos Comparados Internacionais (Neci/USP) e do Centro de Política e Economia do Setor Público da Fundação Getúlio Vargas (CEPESP/FGV).
- Marcela Mello Zamudio: Aluna de graduação em Ciências Sociais da USP e pesquisadora do Núcleo de Estudos Comparados Internacionais (Neci/USP) e do Centro de Política e Economia do Setor Público da Fundação Getúlio Vargas (CEPESP/FGV).
- Pedro Schmalz: Aluno da graduação em Ciências Sociais da USP e pesquisador do Núcleo de Estudos Comparados Internacionais (Neci/USP) e do Centro de Política e Economia do Setor Público da Fundação Getúlio Vargas (CEPESP/FGV).

Projeto 2

Coordenação

- Graziella Castelo: Diretora do Cebrap, mestre em Ciência Política pela USP. Coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento do Cebrap. Foi pesquisadora visitante do Institute of Development Studies (IDS, Reino Unido).

Equipe

- Priscila Vieira: Doutora em Sociologia pela USP, pesquisadora do Cebrap e professora de Etnografia no Cebrap.Lab.
- Dorival Mata-Machado: Economista, estatístico e demógrafo, é pesquisador do do Cebrap.
- Rodrigo Brandão: Doutorando de Sociologia na USP.
- Jonatas Mendonça dos Santos: Doutorando em Sociologia na USP.
- Laura Simões: Pesquisadora de Iniciação Científica do Departamento de Sociologia da USP.
- Withson Sampaio: Pesquisador de Iniciação Científica do Departamento de Sociologia da USP.

Projetos 3 e 4

Coordenação

- Rogério Jerônimo Barbosa: Doutor em Sociologia pela USP, pós-doutor em Ciência Política no Cebrap e no Centro de Estudos da Metrópole (CEM-Fapesp). Foi pesquisador do IPEA e do Institute for Social Research and Policy da Columbia University (EUA).
- Ian Prates: Doutor em Sociologia pela USP e Research Fellow na Social Accountability International. Atualmente pesquisa as relações entre China e América Latina em Shenzen (China).

Equipe

- Hellen Guicheney: Doutora em Ciência Política pela USP, é pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole e do Cebrap.
- Carolina Requena: Doutora em Ciência Política pela USP, é pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole.
- Paulo Flores: Doutorando em Ciência Política pela USP.
- Heloísa Fimiani: Mestre em Ciência Política pela USP, é pesquisadora do Cebrap.
- Thiago Meireles: Doutorando em Ciência Política pela USP, professor do curso de raspagem de dados do Cebrap.lab.
- Vitor Matheus Oliveira de Menezes: Doutorando em Sociologia pela USP e pesquisador do Cebrap.

Consultores

- Marta Arretche: Professora Titular do Departamento de Ciência Política da USP e diretora do Centro de Estudos da Metrópole (CEM).
- Alvaro Comin: Professor do Departamento de Sociologia USP.
- Renata Bichir: Professora de Gestão de Políticas Públicas da EACH/USP.

- Márcia Lima: Professora doutora do Departamento de Sociologia da USP, pesquisadora do Cebrap e coordenadora do AFRO-Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial.
- Fabio Senne: Coordenador de Pesquisas do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), e doutorando em Ciência Política na USP (USP).
- João Paulo Veiga: Professor do Departamento de Ciência Política da USP e pesquisador do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (CAENI).
- José Eduardo Krieger: Professor Titular da Faculdade de Medicina da USP, coordenador do INCT-Incor e membro da Academia Brasileira de Ciências.
- Glauco Arbix: Professor Titular do Departamento de Sociologia da USP e coordenador do Observatório de inovação do Instituto de Estudos Avançados.
- Diogo Ferrari: Professor de Computational Social Science na Universidade de Chicago.
- Flavio Cireno Fernandes: Doutor em Ciência Política pela UFMG. Professor de pós graduação da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e da Fundação Joaquim Nabuco.

Nota Técnica 1. As Políticas para Enfrentamento do COVID-19 nos Estados Brasileiros com Distanciamento Social

O primeiro Boletim da Rede de Pesquisa Solidária traz um mapa das respostas dos governos estaduais brasileiros em termos de prevenção e enfrentamento da pandemia do COVID-19. Com base em um estudo realizado por pesquisadores da Blavatnik School of Government da Universidade de Oxford, foram reunidos indicadores de categorias distintas para avaliar e mensurar a rigidez dessas respostas. Os indicadores inicialmente selecionados dividem-se em três blocos: distanciamento social, saúde pública e política fiscal. Os resultados reportados neste boletim dizem respeito aos indicadores do primeiro bloco, condensados no Índice de Rigidez do Distanciamento Social (RDS) de cada estado brasileiro.[1]

O Índice de Rigidez do Distanciamento Social (RDS)

O Índice de Rigidez do Distanciamento Social (RDS) abriga quatro componentes: i) suspensão das aulas presenciais em escolas e universidades; ii) suspensão das atividades não-essenciais de comércio e serviços; iii) suspensão da atividade industrial não-essencial; e iv) proibição de aglomerações e grandes eventos. Para a elaboração dos subindicadores escolhidos, realiza-se a coleta sistemática de peças normativas que digam respeito ao enfrentamento da pandemia. Os estados são então classificados, dia a dia, de acordo com o grau de rigor das medidas adotadas com o propósito de promover o distanciamento social. O RDS incorpora, além disso, a abrangência das medidas em vigor - isto é, se valem para todo o território estadual, o escore fica mais alto, o que não ocorre caso restrinjam-se a municípios ou regiões específicas do estado.

[1] Covid-19: Políticas Públicas e Respostas da Sociedade. Barberia, L.; Cantarelli, L.; Claro, M.; Pereira, F.; Rosa , I; Zamudio, M. (2020). Metodologia permite avaliar a progressão das políticas para enfrentamento do COVID-19 nos estados brasileiros com distanciamento social. Nota Técnica n. 1. Universidade de São Paulo (USP): São Paulo.

Mais especificamente: uma vez identificadas, as políticas recebem escore 1 (um) se contêm sugestões de suspensão das atividades, ou 2 (dois) quando a suspensão passa a ser mandatória. Caso não haja nenhuma medida em exercício para o tema observado, a política recebe escore 0 (zero). A caracterização da dimensão geográfica destas medidas, por outro lado, é baseada na atribuição de escore igual a 1 (um) para os casos em que as determinações se dirigem a todo território estadual (ou federal, no caso dessa dimensão de análise), e 0 (zero) quando existem delimitações geográficas para sua aplicação.

Essa soma é redimensionada para representar uma escala de 0 a 100, sendo 100 o máximo de rigidez de isolamento possível. As medidas incluídas para esta nota técnica são todas aquelas que foram publicadas desde o começo de janeiro deste ano até o fim de março. Entretanto, o banco de dados será atualizado semanalmente de maneira a refletir em tempo real a evolução das políticas públicas.

Epicentro: a evolução do RDS em São Paulo

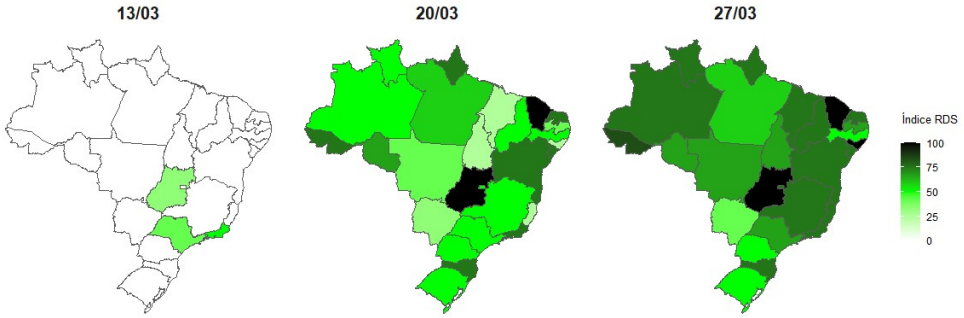
São Paulo teve seu primeiro caso de COVID-19 confirmado no dia 25 de fevereiro (Ministério da Saúde, 2020). No dia 13 de março, já com 64 casos contabilizados, o governo do estado decretou a proibição de eventos públicos com mais de 500 pessoas e recomendou o fechamento de escolas e universidades (Decreto n.º 64.862).

No dia 16 de março, antes da primeira morte por COVID-19, mas quando o número de casos confirmados no estado já era de 152, o governo do estado decretou o fechamento de escolas e universidades, e proibiu eventos sujeitos a aglomerações de qualquer tipo (sem limite permitido de pessoas) (Decreto n.º 64.864). A título de comparação, o fechamento de escolas e universidades na Itália se deu quando o país já tinha 3.089 casos confirmados da doença, no dia 4 de março. Tornando a São Paulo, no dia 24 de março, já com 840 casos e 40 mortes, foi decretado o fechamento do comércio (Decreto No 64.881) - medida tomada pela Itália no dia 11 de março com 12.462 casos. As indústrias, que não foram alvo de fechamento em São Paulo, fecharam na Itália apenas no dia 22 de março, já com 59.138 casos. A partir do monitoramento das medidas adotadas no estado de São Paulo, percebe-se uma gradual

intensificação do isolamento social, que acompanha o avanço da epidemia no estado. O estado de São Paulo, porém, não atingiu o grau máximo relativo do RDS, já que até agora não decretou o fechamento de indústrias, instruindo a respeito de padrões sanitários e recomendando a realização de turnos entre os trabalhadores.

Outros estados da Federação

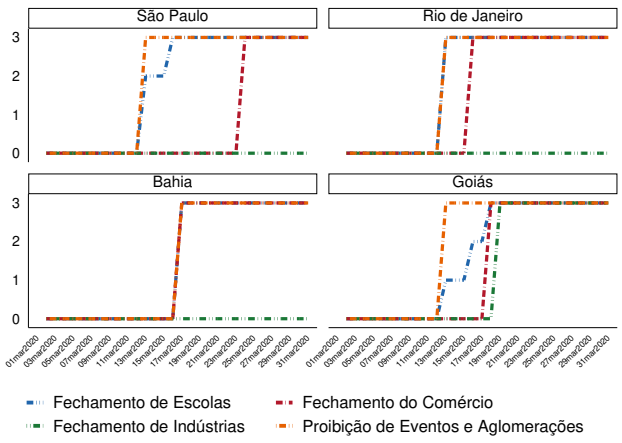
Figura 1: *Índice de Rigidez do Distanciamento Social (RDS) em três momentos, em todos os estados brasileiros*



Os estados reagiram com grande variedade em intensidade e rapidez à chegada do COVID-19 ao país. São Paulo, conforme visto, foi o primeiro estado a tomar medidas de promoção do distanciamento social, no dia 13 de março; na mesma semana, a maioria dos estados brasileiros seguiu as medidas implantadas em São Paulo; e na semana seguinte, no dia 20 de março, todos os estados já haviam implementado alguma medida de restrição de atividades com vistas a aumentar o isolamento.

Alguns estados, como a Bahia, reagiram adotando uma abrangência de medidas em um só decreto. Outros foram além das medidas adotadas pela média dos estados e decretaram também o fechamento de indústrias, como é o caso de Alagoas, Ceará e Goiás - ainda que praticamente todos os estados tenham adotado, para o setor industrial, medidas sanitárias e recomendações de alternância de turnos. Importante ressaltar que os estados que atingem um RDS superior ao de São Paulo foram aqueles que decretaram o fechamento de indústrias não-essenciais.

Figura 2: *O Fechamento de Escolas, Comércio, Indústrias, e Aglomerações nos Estados*



Por já estarem em vigor nos estados há algumas semanas, é esperado que as medidas de distanciamento social comecem a apresentar resultados não apenas na redução efetiva da mobilidade, medida por exemplo por meio de tecnologias de localização, como tem feito o governo do estado de São Paulo, mas também no número de casos e de mortes em decorrência do vírus. As próximas etapas previstas deste projeto distribuem-se em três tarefas: manter atualizada a base de dados de monitoramento das políticas sendo implementadas para aumentar o distanciamento social; calcular os outros indicadores selecionados que captam as políticas públicas voltadas a responder a pandemia; e investigar e avaliar o impacto das medidas implantadas, em termos de mobilidade, contágio e óbitos.

Agradecimentos

A Rede de Pesquisa Solidária em Políticas Públicas e Sociedade agradece a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES). Todos os erros são de nossa responsabilidade.

Políticas Públicas e Sociedade

Contato:
Glauco Arbix
email: garbix@usp.br

Instituições de Apoio: